



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 201312-3

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PACIENTE : ANTÔNIO DOMINGOS DA SILVA  
RELATOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
COMARCA : VARA CRIMINAL DE IPOJUCA  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

205

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO CONSUMADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO (ART. 121, §2º, I, III E IV E ART. 121, CAPUT, C/C ART. 14, II E 69, DO CP). CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. PROCESSO COM TRAMITAÇÃO REGULAR. ALONGAMENTO DA INSTRUÇÃO DENTRO DA RAZOABILIDADE. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 312 DO CPP. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Feito que tramita regularmente, com audiência de instrução e julgamento já designada para data próxima, o dia 18/12/2009.

II – Paciente que responde a outra ação penal na Comarca de Ipojuca e já foi condenado noutro processo por crime de estupro. Periculosidade evidenciada. Necessidade da manutenção de sua custódia cautelar para garantia da ordem pública. Inteligência do art. 312 do CPP.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0201312-3**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Relator

4



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

HABEAS CORPUS Nº 201312-3

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PACIENTE : ANTÔNIO DOMINGOS DA SILVA  
RELATOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
COMARCA : VARA CRIMINAL DE IPOJUCA  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

206

**RELATÓRIO:**

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, por meio da Defensora Roberta Rodrigues Pitanga, impetrou Habeas Corpus, com pedido liminar, em favor de Antônio Domingos da Silva, qualificado às fls. 03 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito em Exercício no Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça.

A impetrante alega, em resumo, o seguinte: o paciente foi preso em flagrante no dia 28/03/2009, acusado da prática do delito de homicídio qualificado; ele teve pedido de relaxamento prisional indeferido pelo magistrado em exercício no mutirão carcerário; o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que está segregado há mais de 07 meses, sem que a instrução processual tenha sido concluída.

A inicial veio instruída dos documentos às fls. 08/25.

O pedido liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 32/33.

Devolvidos os autos pelo Mutirão Carcerário ao magistrado processante, este prestou informações às fls. 40/41, noticiando que a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 18/12/2009.

Na oportunidade, esclareceu, ainda, que o paciente responde a outra ação penal naquela comarca, tombada sob o nº 424.2008.272-9.

As informações vieram instruídas dos documentos às fls. 42/57.

A Procuradoria de Justiça, por meio da Procuradora Adriana Fontes, ofertou parecer às fls. 61/62 opinando pela denegação da ordem. É o relatório.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

207

HABEAS CORPUS Nº 201312-3

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PACIENTE : ANTÔNIO DOMINGOS DA SILVA  
RELATOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
COMARCA : VARA CRIMINAL DE IPOJUCA  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

**VOTO:**

Como visto, trata-se de pedido de Habeas Corpus impetrado em favor de Antônio Domingos da Silva, relativamente ao processo nº 424.2009.612-3, a que responde na Vara Criminal de Ipojuca, pela prática do delito previsto no art. 121, §2º, I, III e IV e art. 121, caput, c/c: art. 14, II e 69, todos do CP.

A impetrante sustenta, em resumo, o excesso de prazo para o término da instrução processual.

Pois bem:

Narra a denúncia que no dia 27/03/09, por volta das 17h, em Ipojuca, após consumir bebida alcoólica com as vítimas Josué Adilino da Silva e José Heleno da Silva, o paciente, por motivo torpe e fazendo uso de meio cruel, passou a agredi-las com uma enxada, causando a morte do primeiro e ferindo o segundo nas costas e no rosto.

Consta, também, da peça acusatória que o paciente chegou a sair do local do crime e depois retornou para aplicar mais golpes na vítima que estava prostrada no chão.

Examino:

Na hipótese vertente, verifico o atraso da instrução processual afigura-se dentro dos parâmetros da razoabilidade. O feito tramita regularmente, não havendo que se falar em desídia do juízo processante. O denunciado apresentou sua defesa. A audiência de instrução e julgamento está designada para data próxima, o dia 18/12/2009.

Demais disso, os autos noticiam que o paciente responde a outra ação penal na Comarca de Ipojuca (fls. 40), além de já ter sido condenado pela prática de crime de estupro no processo nº 424.2004.1168-9 (fls. 25), o que denota a sua periculosidade, recomendando a manutenção de sua custódia cautelar para garantia da ordem pública, nos termos no art. 312 do CPP.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



208

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Relator